

1. Fórum Nacional Popular de Educação se reúne na sede do PROIFES, em Brasília



As entidades que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) se reuniram nesta segunda-feira, 11, na sede do PROIFES-Federação, em Brasília. Representantes de mais de vinte entidades do segmento da Educação lotaram o auditório do PROIFES, para apresentar, discutir e debater o Documento de Orientações e Recomendações da Conferência Nacional Popular de Educação CONAPE 2018, bem como um calendário de ações da Conferência nos Estados, Distrito Federal e Municípios, além de informes e análise de conjuntura. Estiveram presentes representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Foruns EJA, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades (FORUMDIR), União Brasileira de Mulheres (UBM), ADUFC, Sindiedutec-PR, Sindiupes, ANPAE-PA, UNCME-GO, SindiFCE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O PROIFES-Federação foi representado por seu vice-presidente, Flávio Silva (ADUFG-Sindicato) e pelo diretor de Relações Internacionais, Gil Vicente (ADUFSCar-Sindicato).



2. Debatedores discutem no Senado Federal o risco de retrocesso no ensino público



Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) com Fernando Haddad, ex-ministro da Educação (2005-2012) e ex-prefeito de São Paulo (2013-2016), senadores e especialistas expressaram receio de que a educação pública no Brasil perca recursos e qualidade. O encontro desta terça-feira (12) foi o primeiro de um ciclo de debates sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), anunciou o próximo debate para o dia 28 de setembro, em Salvador. Haddad foi convidado para discutir a Proposta de Emenda à Constituição 24/2017, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que torna o Fundeb permanente na Constituição, **tirando-o das disposições transitórias**.

A PEC se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e sua importância reside no fato de garantir para o FUNDEB o caráter de política de Estado, não sujeita às eventuais decisões de governos como o atual. Claro que isso é pouco, e o que é preciso é inscrever de volta áreas sociais relevantes como a saúde e educação como imunes aos efeitos da PEC 95, ou, melhor ainda, revogar essa Emenda Constitucional nociva aos interesses da imensa maioria da população brasileira.

Criado em 2007 para atender a educação básica pública até 2020, o Fundeb é formado por 27 fundos – um para cada unidade da federação – alimentados por contribuições de estados, municípios e Distrito Federal e complementados pela União. Para Haddad, o fundo tem forte relação com o foco da CDR na redução das desigualdades:

Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou números do Orçamento de 2018, que, no seu entender, fazem parte de uma “destruição violenta” da educação pública: “A educação superior, que em 2015 recebeu 13 bilhões de reais, ano que vem terá 5,9 bilhões. Nós vamos estrangular as universidades”, alertou o senador.

O professor Gil Vicente (representante do PROIFES), falando a seguir, confirmou que estudos da entidade apontam para uma realidade catastrófica: “A permanecer a EC 95, o impacto será devastador: congelamento real de salários de docentes de universidades e institutos federais, fim das contratações e

redução drástica de recursos de custeio e investimentos, nos próximos 10 anos, em patamares semelhantes ao anunciados. É revogar a EC 95 ou destruir a educação e demais áreas sociais”, afirmou ele.

3. Agradecimentos da Chapa 1-ADUFSCar Autônoma, Democrática e Independente.

O atual processo eleitoral foi bastante polarizado. Uma das questões mais polêmicas referiu-se à continuidade da filiação da ADUFSCar, Sindicato, ao PROIFES, conforme defendia a Chapa 1, e à proposta de transformação da ADUFSCar em ‘Seção Sindical’ da ANDES. Para os professores contratados mais recentemente, essa disputa demanda uma contextualização. Em fins de 2004 a ADUFSCar, junto com diversas outras entidades e a partir de profícuos debates em cada uma delas, decidiu participar da construção de uma nova entidade nacional dos docentes: o PROIFES. A razão para essa iniciativa foi a constatação de que a única representação então existente, a ANDES, estava aparelhada por partidos políticos, o que ficou comprovado em 2011 com a sua filiação ao Conlutas, Central Sindical vinculada ao PSTU e ao PSOL. Como consequência desse atrelamento, assembleias esvaziadas deliberavam, Brasil afora, por greves intermináveis, das quais não resultavam quaisquer ganhos para a categoria, pois tinham como objetivo o desgaste dos governos de plantão. Aqueles mesmos partidos buscaram nestas eleições retomar o controle da ADUFSCar, bancando caríssimos ciclos de debates / rodas de conversa, para os quais trouxeram lideranças que percorreram os campi da UFSCar (<https://www.facebook.com/adufscarchapa1/photos/a.108466813193085.1073741828.101801467192953/114321599274273/?type=3>).

A partir da fundação do PROIFES foi possível alcançar inúmeras vitórias, sempre pela via da negociação fundada na realidade e baseada nas demandas concretas e específicas da categoria: a criação da classe de associado (2006), tornando a carreira estimulante; a equiparação (2008) dos docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), aos seus colegas da carreira do Magistério Superior – um passo importantíssimo, não só do ponto de vista de justiça e equidade, mas também da perspectiva do desenvolvimento tecnológico do País; a eliminação das gratificações (vários acordos), que chegavam a 80% da remuneração total; a possibilidade de ascensão ao topo da carreira por mérito (2012), com a criação da nova classe de titular; e a elevação dos salários reais dos professores (vários acordos) – e os docentes mais antigos sabem bem disso.

É importante frisar que outra questão dividiu opiniões: o conceito de democracia. Nós consideramos que as assembleias gerais presenciais são fundamentais, permitindo o debate, o contraditório, a apresentação de novas ideias e a sua discussão. Entretanto, no caso de deflagração de greves, entre outros temas relevantes, é essencial que todos os professores possam se manifestar em urna, ou por via eletrônica, referendando (ou não) a deliberação tomada e tornando-a, dessa forma, uma decisão de peso, respaldada pela efetiva maioria.

A assinatura de acordos pelo PROIFES é, pois, sempre precedida por votações diretas em todo o Brasil. Assim é que, em 2012, o documento firmado em 3 de agosto foi aprovado por 74% dos 5.222 docentes que participaram em plebiscito realizado em nada menos do que 36 universidades e 7 institutos federais (<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/consultas-do-proifes-sao-2-vezes-mais-representativas-que-assembleias-da-andes/>). Na nossa universidade, a UFSCar, a assinatura do Acordo e o fim da greve daquele ano foram referendados em assembleias (nos três campi), por amplíssima maioria, e também por 75% dos mais de 400 votantes em consulta realizada (Com.37/2012 da ADUFSCar). Já em 2015, a reestruturação de carreira, aqui debatida em muitas assembleias presenciais, foi mais uma vez claramente apoiada: participaram de consulta a respeito cerca de 400 docentes, dos quais 86% se posicionaram a favor (Com.37/2015 da ADUFSCar).

Convidamos também os colegas a assistirem à entrevista do presidente eleito, professor Amarílio Ferreira Júnior (<https://youtu.be/D7j0LczmEpc>), em que esses e outros temas são discutidos.

É evidente que êxitos passados não garantem sucessos vindouros: o futuro imediato trará agudos desafios, fruto da política de brutal favorecimento dos rentistas hoje em curso, em detrimento dos interesses dos trabalhadores e em particular dos servidores públicos federais, dentre os quais nós, professores. Será necessária a maciça participação dos docentes da UFSCar e do IFSP para que, juntos, definamos as táticas e as formas de luta a serem adotadas. Mais do que isso, será preciso não só a unidade interna dos professores na defesa das IFES, dos nossos salários, das nossas carreiras e de melhores condições de trabalho: será fundamental a mobilização das comunidades universitárias, dos servidores públicos federais e, sobretudo, da sociedade civil organizada, em defesa de um projeto de País que privilegie a educação, a seguridade social, a manutenção e a ampliação dos direitos de cidadania duramente conquistados pela nossa população, buscando romper um passado de desigualdades brutais e de injustiças, rumo a um País mais solidário. Isso só será possível com o enfrentamento dos privilégios do grande capital financeiro, que hoje não aporta a devida contribuição ao desenvolvimento econômico e social do Brasil – e que tem no atual governo um servil aliado.

Estas eleições foram um marco na história da ADUFSCar: houve inscrições para participação do Conselho Fiscal em quase 80% dos departamentos; e número recorde (percentual e absoluto) de votantes – uma prova da crescente pujança e mobilização da nossa categoria. A Chapa 1 agradece aos colegas, emocionada, o forte voto de confiança em nós depositado e se compromete a conduzir a nossa entidade de forma plural, autônoma, democrática e independente, em respeito ao conjunto de todos os nossos filiados e filiadas.

4. Carta da Chapa 2 “Novos rumos e mobilização”, em agradecimento aos votos recebidos na eleição para direção da Adufscar

Setembro/2017

Colegas professores e professoras da UFSCar, a Chapa 2 “Novos Rumos e Mobilização” vem a público agradecer aos 275 colegas que acreditaram em nossas propostas e votaram conosco na última eleição para a diretoria da Adufscar.

Entendemos que cumprimos uma tarefa importante nos debates e, sobretudo, durante a campanha eleitoral, uma vez que apresentamos propostas sérias, concretas e diretas, que achamos importante para o nosso sindicato.

Destaca-se nossa defesa da independência e autonomia do sindicato frente aos governos, aos partidos políticos e à administração da universidade, assim como:

A defesa da maior participação possível de associados em assembleias presenciais e deliberativas, no sentido de se resgatar a tradição do movimento sindical brasileiro e mundial, de modo a não permitir que critérios externos e sem controle, norteiem a nossa ação.

A defesa do caráter *multicampi* da universidade e da representação sindical, de maneira a evitar que os divisionismos se apresentem, sobretudo em uma conjuntura propícia para as propostas oportunistas e de matiz privatista.

A defesa do debate acerca do caráter e do papel político que cumpre a federação a qual o sindicato está ligado, o Proifes, visto que ele tem colecionado derrotas (tanto na política salarial, quanto na reestruturação da carreira) e tem, desde sua gênese, um caráter divisionista e conciliador muito perigoso para a nossa luta.

Enfim, apresentamos um programa classista e que procurou dialogar com todas as questões relevantes que um sindicato da importância da Adufscar precisa lidar.

O agradecimento vai também a todos/as os/as colegas que participaram do processo eleitoral (tivemos um total de 850 votantes).

Mas uma coisa ainda nos deixa preocupados: desse total de votantes, 243 votos foram através da urna eletrônica e, no caso desses votos, não tivemos (a Chapa 2) nenhuma chance de controle do seu processo, como deve ser em uma eleição transparente. Foi ignorada a solicitação feita por escrito e no debate público em Araras, de que se contratasse uma empresa especializada para auditar o processo de voto eletrônico.

Tivemos mais uma vez uma situação (já tinha sido assim na eleição de 2015) onde a *isonomia* necessária entre as chapas em disputa não se apresentou.

Em uma eleição, seja ela para o que for, para a chamarmos de democrática, todas as regras precisam estar publicizadas antes, bem como os processos pelos quais toda a eleição ocorrerá. **Sobre a votação on line nada se sabe** e, ninguém, a não ser a diretoria (Chapa 1) tem o controle do processo.

Portanto, mesmo não tendo as mesmas condições para essa disputa, competimos com a certeza de que o nosso programa é o que melhor responde às necessidades da categoria de professores e professoras e, por isso, seguiremos no caminho da luta, na construção de um polo de Oposição à diretoria recém eleita, por acharmos que ela não responderá a altura e na necessidade das demandas que muito provavelmente virão pela frente.

Continuaremos na luta em defesa da universidade pública, de uma carreira docente que nos permita trabalhar decentemente e demais direitos que serão duramente atacados no próximo período.

À luta colegas!

CHAPA 2 “NOVOS RUMOS E MOBILIZAÇÃO”